

## **EIXO TEMÁTICO: 3 – GESTÃO ESCOLAR, PRÁTICAS EDUCATIVAS E CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PPP FULNI-Ô, GESTÃO ESCOLAR E PRÁTICA DE BILINGUISTO**

**<sup>1</sup> Lídia Márcia Lima de Cerqueira Silveira**

#### **INTRODUÇÃO**

A partir de 1549 a escola para índios começou a ser estruturada no Brasil com a chegada da primeira missão jesuítica enviada de Portugal por D. João III, composta por missionários da Companhia de Jesus e chefiada pelo padre Manuel da Nóbrega, contemplando dentre seus objetivos o de converter os nativos à fé cristã (Brasil, 2007) e integrá-los a sociedade dominante. Conclui-se que escola “não é coisa de indígena”, é invenção de dominador. Cabixi<sup>i</sup> (2001) citou um modelo de escola desestruturador que não reconhecia as culturas indígenas. Kuitá<sup>ii</sup> (2001) apresentou uma citação do professor Alírio Ticuna ao afirmar que se não tivesse branco no meio dos Ticuna, talvez até hoje não houvesse escola<sup>iii</sup>.

Entre as décadas de 1960 e 1980 surgiram movimentos indígenas e de entidades indigenistas em quase todas as regiões brasileiras, decorrentes da necessidade interna de se mobilizarem contra as diversas situações de violências. Paralelamente a isso, a sociedade brasileira também se organizava contra a Ditadura Militar, propondo novos modelos políticos e econômicos com bases democráticas.

Só com a redemocratização do Brasil o indígena foi reconhecido como cidadão de direitos. Dentre as legislações, podemos citar, em âmbito nacional, a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s e o Plano Nacional de Educação PNE/2001 como representação dos avanços, visto que reconhecem aos indígenas o direito à diferença cultural através da criação de capítulos específicos e elegem a pluralidade cultural como um dos temas transversais. Isso se expressa no direito que os indígenas têm a uma escola com características específicas que atendam às realidades e às necessidades de cada povo. Dessa forma, a escola deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo, não podendo perder a clareza do compromisso com uma escolarização que contribua para uma maior autonomia desses povos.

Os significativos avanços no que se refere à Educação Escolar Indígena são frutos do movimento social organizado, da articulação e mobilização de indígenas e indigenistas para elaboração de propostas, intervenções e acompanhamento dos processos legislativos. Ainda, de acordo com a proposta da legislação educacional atual, deverá haver uma articulação entre a União, que assume o papel de coordenar as ações escolares de Educação Escolar Indígena sob a responsabilidade do MEC, e os Estados e Municípios, a quem cabe o papel de executores.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Núcleo de Pesquisa em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação da UFPE. Agência Financiadora: CAPES. lidiacerqueira@gmail.com

Pernambuco é um desses estados onde a Educação Escolar Indígena avançou, saindo da tutela dos municípios e passando para a responsabilidade executora do governo estadual. Portanto, pretendemos contribuir para o debate por meio desse estudo que tratará sobre a Educação Escolar do povo Fulni-ô a partir de seu Projeto Político-Pedagógico, gestão escolar e tomada de decisão na escola, bem como de sua prática de bilinguismo.

## **PPP E SENTIDO CONFERIDO À ESCOLA: O QUE DESEJAM OS FULNI-Ô?**

O Projeto Político Pedagógico Fulni-ô, foi entregue à GRE Garanhuns e SE-PE em 2008, ainda na gestão anterior que deixou a chefia nesse mesmo ano. Até o encerramento do ano letivo de 2011 o Povo Fulni-ô não obteve resposta sobre o referido Projeto.

Segundo encontramos no próprio documento ele é fruto de uma ação coletiva que envolveu a comunidade como um todo: lideranças, pais, professores, alunos e relatos de experiências dos mais velhos. O referido documento está baseado na Resolução 03/98 do CNE/CEB e é denominado de Projeto Político Pedagógico Fulni-ô na Globalização. Possivelmente a resolução a que se refere o PPP deva ser a de número 03/99 que trata das Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e não a 03/98 sobre as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio.

O próximo item abordado no PPP Fulni-ô é a história do povo, discorrendo sobre quem é o povo Fulni-ô, como se organiza, onde e de que forma vive, bem como a importância de suas lideranças, língua materna e Ouricuri. O passo seguinte é a justificativa, declarando que para elaborar tal documento a comunidade se baseou nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena e no Parecer 14/99. Destacando problemas, que segundo os Fulni-ô, interferem no funcionamento e rendimento das ações educativas: a precária estrutura física da escola, material didático insuficiente, ausência de formação em nível superior e de especialização para os docentes, ausência de laboratório de informática e de vivências de projetos didáticos, evasão, falta de reunião de pais e mestres. Os objetivos do PPP Fulni-ô estabelecidos no documento são: dinamizar e tornar a educação escolar mais eficiente; desenvolver competências de cidadãos; respeitar os valores, hábitos, tradições e participação ativa dos alunos em relação aos direitos e deveres na sociedade.

O sentido conferido à escola pelo povo Fulni-ô está registrado em seu PPP, (2008) bem como nos textos das entrevistas e em suas práticas escolares cotidianas. No decorrer do texto do PPP há um reconhecimento de que a educação que acontece na escola deve estar integrada à educação nacional, o que muitos professores chamam de “currículo brasileiro” e à comunidade Fulni-ô, valorizando sempre os conhecimentos dos mais velhos, a experiência de vida, valores, costumes e tradições.

A Coordenadora C1 das Escolas Indígenas Fulni-ô ao ser questionada por meio da entrevista sobre a função social da escola, para que serve a escola, respondeu:

“ Para preparar o pessoal para enfrentar, para competir por igual como qualquer outro cidadão brasileiro do jeito que nós somos também e pra saber preservar e ter orgulho da nossa identidade, orgulho de ser índio porque muitas vezes pessoas até negavam sua própria identidade porque sabia que ia sofrer muito preconceito”

A Coordenadora C2 da Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon declarou em sua entrevista que:

“A educação são os meios que levam uma criança ao crescimento do conhecimento e a ser cidadã, enquanto que educação escolar é aquilo que você não tem dentro de casa e a escola vai formalizar no ambiente escolar o que você tem fora, na comunidade”

E continua a referida coordenadora afirmando que a função da escola é sistematizar conhecimentos que existem fora dela e no caso específico de seu povo significa sistematizar o que “vê de educação indígena por meio da educação escolar indígena”.

Em algumas atividades escolares destinadas para serem realizadas em casa, pudemos presenciar que o foco do trabalho era o estímulo à aprendizagem da cultura com os mais velhos por meio de pesquisas, entrevistas, perguntas dirigidas as pessoas da comunidade. Em sala de aula os professores e professoras sempre trazem alguma informação ou conhecimento que aprenderam com pessoas mais velhas da comunidade, tornando comum ouvir as expressões: “meu avô me disse”, “minha avó me contou”, “perguntei para minha mãe”, “falei com meu tio”.

Um exemplo dessa situação ocorreu em uma aula de Geografia da turma do 3º ano da professora A que, usando o datashow projetou imagens antigas da aldeia, demonstrando as mudanças que ocorreram, relatando a história que sua avó lhe contou chorando ao ver as fotografias e lembrar-se de uma época de sofrimento em que os Fulni-ô passaram fome, foram perseguidos, suas casas de palhas queimadas e muitos indígenas assassinados. Essa é uma experiência cotidiana de uma escola específica, diferenciada e intercultural, uma vez que há o uso de uma tecnologia que não foi criada pelo povo Fulni-ô, portanto, não pertence a sua cultura, e, no entanto, foi apropriada por ele e faz parte de seu contexto educacional atual. Essa tecnologia foi utilizada para contar uma história indígena pelo e para o próprio povo com o objetivo de ministrar uma aula de Geografia sobre diferentes tipos de moradias e paisagens modificadas.

A professora fez observações referentes às mudanças nas paisagens, os tipos de casas e como elas foram se modificando, as roupas, as danças, os rituais, a urbanização da aldeia, dentre outras. O ontem e hoje dando as mãos. Os conteúdos das disciplinas de Geografia e História são ministrados de forma interdisciplinar entre si e com Artes Visuais, conforme proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, aprendidos por meio da realidade histórica Fulni-ô contada por uma avó para sua neta Fulni-ô e, por esta, em sala de aula para crianças Fulni-ô do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon.

Ter acesso aos conhecimentos das expressões socioculturais da cultura brasileira em geral para se profissionalizar e galgar postos de trabalho como qualquer cidadão brasileiro de direitos, sem, contudo deixar de se reconhecer indígena, tendo orgulho de SER FULNI-Ô, esse é o sentido da escola, expressão daquilo que desejam os Fulni-ô.

## **GESTÃO E TOMADA DE DECISÃO NA ESCOLA INDÍGENA**

A gestão escolar é um movimento de participação na medida em que todos acompanham e reagem de imediato às decisões. (BASTOS, 2009)

Conforme apresentado no item 1.1.2 em que tratamos sobre a organização sociopolítica dos Fulni-ô o processo de tomada de decisão desse povo, bem como dos demais povos situados na Região Nordeste, possui enquanto princípio a gestão colegiada, baseada em reunião de conselheiros para discussões, análise de problemas e tomadas de decisões compartilhadas pela liderança maior do povo que é formada por Cacique, Pajé e demais membros que compõem esse grupo.

A autonomia escolar é garantida pelo Artigo 15 da LDB 9394/96 para todas as escolas públicas do Brasil e não apenas as escolas indígenas. Mas também a estas, tanto nos aspectos de utilização de recursos, quanto em seus Projetos Político Pedagógico: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.”

Essa autonomia é respaldada e defendida pelo MEC/SECAD (2007, p. 99) enquanto condição de respeito para que as escolas indígenas possam ofertar uma educação escolar específica, diferenciada e intercultural:

A proposta de uma Educação Escolar Indígena de qualidade – intercultural, específica, diferenciada, bilíngüe / multilíngüe – pressupõe que os próprios índios e suas respectivas comunidades estejam à frente como professores e gestores da prática escolar.

Em função de decisão dos povos indígenas em Pernambuco a gestão escolar não possui o cargo ou a figura de diretor, para que não haja cargo ou função dentro da escola que possibilite a algum membro perceber-se com poder igual ou superior ao Cacique ou Pajé. Dessa forma, a gestão das escolas do povo Fulni-ô, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico – PPP é constituída da seguinte maneira:

- 01 coordenador/a geral da Educação Escolar Indígena que atua em todas as escolas do povo;
- 05 coordenadoras pedagógicas envolvendo da Educação Infantil ao Ensino Médio e programas do Governo Federal, a exemplo do Projovem;
- 03 coordenadores/as de biblioteca;
- 01 educador de apoio;
- 03 secretários;
- 07 assistentes administrativos;
- 07 auxiliares de serviços gerais;
- 06 merendeiras;
- 04 vigilantes.

O processo de tomada de decisões na escola aparenta seguir essa mesma forma de organização colegiada, conforme resposta da Coordenadora C2 ao ser questionada sobre como são tomadas as decisões administrativas e pedagógicas na escola:

“Assim a gente, através de reuniões, né? A gente sempre quando tem um caso a resolver, uma decisão, aí a coordenadora geral sempre junta. “Ó minha gente veio isso. Tá acontecendo isso. O que é que a gente pode fazer?” Tomada em conjunto, né? Quando cabe ao professor, a gente chama todos os professores “Vamos resolver essa tal situação.” Quanto tá relacionada ao administrativo, a gente junta o administrativo. Auxiliar de serviços gerais e merendeira, a gente junta essa parte. Aí tudo é resolvido em conjunto”.

O modelo de gestão apresentado acima pela Coordenadora C2, bem como as situações cotidianas que relataremos a seguir nos conduz à pesquisa de Bastos (2009, p. 149-150) quando afirmou que “a participação é construída por processos complexos cotidianos” e que a gestão escolar “é um movimento de participação na medida em que todos acompanham e reagem de imediato às decisões”.

Durante a convivência por meio da pesquisa de campo também ouvimos com frequência o nome da Coordenadora C1: “C1 disse... C1 falou... C1 fez... C1 quer assim... fale com C1”, o que nos causou a impressão de uma relativa sobrecarga de trabalho e decisão centralizada na pessoa da Coordenadora C1.

No cotidiano da Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon há momentos mais formais de tomada de decisões e outros bastante informais. Em determinado momento a Coordenadora C1 pareceu muito angustiada com a decisão, segundo ela mesma informou, tomada pelo Cacique e Pajé sobre a realização do baile da festa da Aldeia em fevereiro de 2011 na escola. Essa situação levou a transferência das aulas do turno da tarde da quinta-feira e o dia da sexta-feira para outra unidade escolar, em função da necessidade de armação do palco e organização do ambiente para o baile. Tal decisão está relacionada com a cultura do povo. A festa da Aldeia é um momento muito importante para os Fulni-ô.

A gestão escolar necessita lidar com decisões que envolvem o estado, os rituais e comemorações de seu povo, bem como com o perfil comportamental livre e autônomo dos sujeitos: alunos, pais, professores e funcionários que não se enquadram facilmente em normas ou padrões externos, pois sua maior obediência é devida à liderança. Não conseguimos identificar com precisão quais são as decisões tomadas diretamente pelas coordenadoras de nível/modalidade, a coordenadora geral, nem o que deve ser levado para conhecimento, análise e decisão da liderança Cacique e Pajé, como foi o caso citado sobre o local onde o baile poderia ser realizado ou não.

Em outras situações observamos professores/as, pais/mães, alunos/as, funcionários/as tomando as decisões. Conhecer/descrever o processo de tomada de decisões que ocorrem no cotidiano da Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon é algo complexo à medida que desconhecemos os critérios e respectivos graus de importância para o povo sobre algum acontecimento, ação, situação. Todavia podemos ilustrar com algumas situações observadas.

A primeira foi a de um aluno do 4º ano chamado R. Ele chegou para a Coordenadora e disse: “C2 me dê a minha outra camisa da farda. Eu só recebi uma e minha mãe lavou, mas a camisa não enxugou. Nós tem direito a dua.” A coordenadora C2 respondeu: “Tá certo, R, mas eu não sei se tem seu número”. O aluno afirmou: “Tem sim que já vi.” A coordenadora respondeu: “Então pegue a chave e vá lá pegar a sua camisa.” Logo depois a criança voltou vestida na camisa da farda e com um sorriso de alegria e satisfação estampado no rosto.

A segunda situação foi a de duas crianças do Ensino Fundamental I que brigaram durante o recreio. Uma professora que não era a professora de nenhuma das crianças, ao presenciar a briga, levou-as para a sala do Administrativo que fica em frente à escola, local onde estavam as duas coordenadoras C2 e C3, respectivamente. Algumas professoras e o diretor de disciplina acompanharam-na e começou uma aquecida discussão entre eles, inclusive contando com o envolvimento do pessoal administrativo. A discussão levou um tempo razoável porque cada um tinha sua opinião a dar. Após todos falarem ficou decidido que a situação não poderia mais continuar porque uma das crianças era bem violenta (na visão deles), algo tinha que ser feito, porém suspensão não era a saída para a escola Fulni-ô. Se a criança está na escola, a escola tem que resolver. Pode até falar com os pais, mas a criança fica na escola. Todos se acalmaram e voltaram para os seus locais de trabalho e estudo.

Outra situação é a decisão dos pais, quando necessitam pegar seus filhos fora dos horários regulares. Entram na escola, se dirigem para as salas de aula onde estão os seus filhos e levam-nos embora por uma decisão exclusivamente pessoal e sem burocracias ou formalidades.

A gestão escolar também precisa tomar decisões sobre pré-seleção de pessoal, pois a seleção final é feita pelo Cacique e Pajé. No entanto, essa triagem inicial, às vezes causa certo mal-estar em algumas pessoas que, porventura, não tenham sido as escolhidas. São decisões não muito fáceis uma vez que, de forma geral, o grau de parentesco entre os Fulni-ô é muito próximo. Depois as situações se normalizam, mas no início é difícil, segundo afirmação das coordenadoras C1, C2 e C3.

Aparentemente o papel da coordenadora geral é de articuladora da Educação Escolar de seu povo. É quem faz os contatos mais diretos por telefone, e-mail ou presenciais com o estado por meio da GRE-Garanhuns e SE-PE, bem como com órgãos e instituições da cidade de Águas Belas. Não permanece em horário fixo em nenhuma das escolas, mas ao mesmo tempo possui conhecimento sobre todos os acontecimentos. É curioso o sistema de informação Fulni-ô. A sua comunicação interna parece que funciona. Todos sabem de tudo, essa foi a maior impressão. Quando a coordenadora geral vinha conversar conosco sobre a pesquisa ela conhecia todos os nossos passos, com quem havíamos falado, o que tinha sido feito, os acontecimentos mais corriqueiros. Porém não era só ela quem sabia. No percurso de ida e volta para a escola algumas pessoas, inclusive idosos/as nos encontravam pelo caminho, paravam para conversar e comentavam sobre alguns familiares da pesquisadora que conheciam: “Pois nós sabe o que tu tem feito aqui”. Não vimos o Cacique circulando pela Aldeia, tão pouco na escola campo de pesquisa, mas ao fazer a sua entrevista, ele também afirmou que o seu povo estava muito tranquilo com a nossa presença e gostando do trabalho. No início ficamos um pouco assustados com esse sistema de informação tão rápido e aparentemente eficaz.

Durante os meses da pesquisa de campo, fevereiro a agosto de 2011 não percebemos a presença/atuação do Conselho Escolar. A participação do Conselho Escolar pressupõe uma gestão aberta, democrática e participativa. Provavelmente, em função de seus aspectos socioculturais, e, conseqüente maneira de agir para tomar suas decisões, o povo Fulni-ô ainda não necessite de um Conselho Escolar.

Nessa construção de redes e relacionamentos são inúmeras as fronteiras a serem enfrentadas, ultrapassadas e em alguns momentos respeitadas/aceitas para que a Educação Escolar Indígena Fulni-ô se efetive em seu cotidiano. As aprendizagens são diferenciadas e interculturais porque as trocas e vivências entre culturas indígenas e não-indígenas são concretamente cotidianas e caminham do local para o global e vice-versa. Bastos (2009) afirmou que a gestão democrática não é apenas a democratização da gestão escolar

burocratizada, mas é outra gestão escolar tecida por meio de histórias locais em confronto com representantes de projetos globais. E continuou o autor, defendendo que mais do que controle e coordenação, os funcionários negociam seus poderes e seus saberes específicos com poderes e saberes tanto das Secretarias de Educação quanto da comunidade.

## **CURRÍCULO E AS AULAS DE YAATHE: COMO SE PRÁTICA O BILINGUISMO FULNI-Ô?**

Capítulo II - Da Educação Básica. Seção III - Do ensino Fundamental. Art. 32 § 3º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

LEI Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996

A língua falada pelo povo Fulni-ô é o Yaathe, símbolo de sua resistência e força, cujo significado os indígenas afirmam ser “nossa boca, nossa fala, nossa língua”. Na década de 1920, o povo Fulni-ô foi bastante perseguido pelos coronéis e jagunços da cidade de Águas Belas-PE, inclusive tendo sido proibido de falar sua língua materna, o Yaathe.

O preconceito e a discriminação contra os indígenas também contribuíram para a quase extinção da língua materna do povo Fulni-ô que falava o português cotidianamente. O Yaathe era comumente falado apenas pelos mais velhos e frequentemente usado em suas comunicações entre si, quando desejavam não serem entendidos pelos não-indígenas.

Para Barbalho (2003, p. 209) o Yaathe constitui o maior patrimônio cultural dos Fulni-ô e “não é por mera insistência que os Fulni-ô atribuem aos falantes do Yaathe um destaque particular em sua sociedade”, mas porque ela aparece como fator de auto-identificação. O sentimento de identidade indígena Fulni-ô é garantido e assegurado pela maior consciência da afirmação dos seus valores socioculturais. O Yaathe tem seu valor histórico e social para o povo Fulni-ô por meio de seu significado imediato e vivo.

Ainda de acordo com o citado autor, se pudéssemos atribuir à língua o mesmo pré-requisito que os indígenas fazem em relação à participação no Ouricuri, ou seja, à condição de ser fulni-ô, ela teria um valor coercitivo inflexível. No entanto, ela é mais flexível, apesar de ser o veículo de transmissão da cultura do povo e conter as normas que asseguram o funcionamento da sociedade, em geral e o estabelecimento dos papéis sociais – familiar ou individual – em particular.

A experiência do povo Fulni-ô com o bilinguismo é tão antiga quanto o seu contato com as sociedades não-indígenas, no entanto, o bilingüismo formal dentro da escola foi iniciado a partir de meados da década de 1980, por iniciativa do próprio povo, quando o Cacique, Sr. João Francisco dos Santos Filho, comumente conhecido por João de Pontes, apoiado pela professora Marilena<sup>iv</sup> criou a Escola Bilingue Antônio José Moreira. Ao perceberem que a língua materna de seu povo poderia desaparecer com a morte dos anciões, uma vez que até nas aldeias a língua utilizada pelos Fulni-ô para se comunicarem entre si era o Português, eles ressignificaram a escola considerando-a uma aliada nesse processo, tendo como resultado o fato de ser hoje o único povo indígena no Nordeste, excetuando o Maranhão, que se mantém falante de sua língua materna.

Segundo a professora E, a Escola Bilingue Antônio José Moreira é exclusiva para o povo Fulni-ô, recebendo crianças a partir de dois anos e meio de idade, pois a gestão local da respectiva escola compreende que dessa maneira é mais fácil aprender Yaathe, quando

estão iniciando o processo de aquisição da fala, entretanto, recebe pessoas de todas as idades. A matrícula ocorre após sondagem e conscientização da própria criança sobre o nível de domínio da língua materna.

O objetivo maior da escola é trabalhar a oralidade e a escrita do Yaathe, na tentativa de que a primeira fala das crianças ocorra por meio da língua materna. As aulas são ministradas utilizando palavras e objetos da própria cultura e uma cartilha própria. Em função da demanda, quando necessário a escola funciona de domingo a domingo, nos turnos manhã, tarde e noite para atender àqueles que não podem frequentar as aulas em dias e horários mais regulares.

O que pudemos perceber por meio da pesquisa de campo é que o povo Fulni-ô possui uma compreensão sobre a importância do Yaathe para o fortalecimento de sua identidade e a afirmação de sua cultura.

No documento Proposta Pedagógica das escolas Fulni-ô correspondente ao período 2009-2010 o bilinguismo aparece apenas enquanto eixo temático indígena em conjunto com os temas História, Terra, Identidade, Interculturalidade e Organização. A língua materna Yaathe foi inserida no currículo formal das escolas estaduais localizadas nas Aldeias Grande e Xyxyaklá em 2010 para ser ensinada a partir de 2011. Porém, ainda possui uma carga-horária reduzida em relação a disciplina de Língua Portuguesa e igual a disciplina de Inglês. São seis horas/aula por semana destinadas à Língua Portuguesa e apenas duas horas/aula para a Língua Materna Yaathe.

As crianças demonstraram maior envolvimento e entusiasmo com as aulas de Yaathe. Vibram com as aulas, solicitam que os professores continuem após o término das aulas. Em uma determinada sala de aula as crianças fizeram um movimento batendo nas carteiras escolares e cantando alto o nome do professor: “Queremos L, queremos L, queremos L”, em uma tentativa de manter a continuidade da aula. Perguntamos para algumas crianças de ambos os turnos e de turmas diferenciadas sobre qual ou quais eram as aulas que mais gostavam e a resposta foi “As aulas de Yaathe”. Ao perguntarmos sobre o porquê, nos responderam “Porque nós aprende nossa cultura, nossas tradições”; “Porque fala de nós, de nosso povo”.

O critério para ser professor de Yaathe é ser falante da língua. Existem os/as professores/as polivalentes e os professores de Yaathe. Há um sentido de proteção da etnia por meio da preservação e manutenção de sua língua materna entre o próprio povo. Portanto, as crianças não-indígenas matriculadas nas escolas estaduais Fulni-ô aguardam fora de sala de aula e não podem participar porque o domínio da língua materna é de exclusividade de membros do próprio povo. As crianças e adolescentes Fulni-ô estudam um horário na escola regular indígena ou não, e outro horário estudam só a língua materna, mesmo aqueles que têm aula de Yaathe na escola indígena regular.

Podemos pensar por meio da visão de Michel de Certeau, que essas são algumas táticas utilizadas pelo povo Fulni-ô para favorecer a vida de sua língua materna e de sua cultura, pois à medida que as crianças e adolescentes estudam e aprendem o Yaathe também aprendem os valores e a cultura do próprio povo. Conforme afirmação de um professor de língua materna: “Yaathe é uma língua viva”.

Ao perguntar para as crianças do 2º ano sobre o que elas aprendem na escola referente a cultura de seu povo, elas responderam “Yaathe”. Para as crianças do 1º ano perguntamos qual a aula que elas mais gostavam. A resposta obtida foi Ciências e Yaathe o que nos leva a pensar sobre o quanto as crianças gostam de sua cultura, pois as aulas de Ciências frequentemente trazem saberes e conhecimentos do povo Fulni-ô para a sala de aula e



a aprendizagem da língua materna na escola está diretamente relacionada à aprendizagem de valores e aspectos socioculturais do povo Fulni-ô, inclusive de informações mais específicas e sigilosas dos rituais.

Quando entrevistamos a equipe de gestão escolar, professores/as e conversarmos com alguns pais e mães perguntamos sobre a diferença entre a Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon e as escolas não-indígenas onde eles estudaram. A diferença recorrente nas respostas e ao mesmo tempo um dos motivos mais forte para os filhos estudarem nas escolas do seu povo é a aprendizagem da Língua Materna e, por conseguinte, de sua cultura.

A Língua Materna Yaathe aparenta ser complexa, uma vez que uma palavra poderá significar uma expressão ou uma frase, há repetição de letras para fornecer o som/pronúncia, uso frequente das letras k, w e y, além dos acentos circunflexo e til. A escrita de algumas palavras pode ocorrer de diversas formas, a exemplo do número seis que pode ser escrito por meio da junção dos nomes de outros números cujo resultado seja seis. Em função dessa complexidade ainda existem palavras e expressões da Língua Yaathe que não foram traduzidas para a Língua Portuguesa.

A Resolução 03/99 CNE/CEB reconhece que a escola deve constituir-se enquanto espaço de diálogo entre saberes e conhecimentos de comunidades indígenas e não-indígenas, nas respectivas regiões, proporcionando a convivência cidadã e pacífica, respeitando a pluralidade cultural, portanto assegurando a prática da interculturalidade.

As aulas de Yaathe se expressam e confirmam que a Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon é formal e informalmente específica e diferenciada, pois não existe outra escola (a não ser nas aldeias do povo Fulni-ô) onde possamos encontrar uma Língua Yaathe formalmente inserida no currículo ou frequentemente falada em seus espaços informais. A interculturalidade se efetiva à medida que Língua Yaathe e Língua Portuguesa interagem facilitando a aprendizagem e conhecimento de ambas, acompanhadas do diálogo entre seus aspectos socioculturais que permeia a prática do bilinguismo envolvida no cotidiano e na convivência do povo Fulni-ô dentro e fora da escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por mais que nos baseássemos teoricamente pela proposta da antropóloga Antonella Tassinari referente à escola indígena situada em espaço de fronteira, de fato esperávamos encontrar uma escola que fosse não-indígena em função das experiências de contato do povo Fulni-ô com as culturas não-indígenas. Ao nos debruçarmos sobre o seu cotidiano fomos surpreendidos com um jeito Fulni-ô muito próprio de fazer escola indígena em espaço de fronteira. Apenas no campo, concretamente em contato com os sujeitos da pesquisa é que compreendemos o que significa “escola indígena em espaço de fronteira”, nem 100% indígena, tão pouco totalmente não-indígena. Essa ideia expressa o que encontramos em nosso campo de pesquisa: uma escola, cuja política pública é executada pelo estado, portanto, encontra-se inserida no contexto de uma rede ou sistema educacional que visa a padronização sob o discurso do respeito a diversidade e aos direitos socioculturais, porém localizada em uma aldeia de um povo indígena que consegue praticar o bilingüismo, além de outros aspectos socioculturais expressados dentro e fora da escola. A fronteira é frequentemente lembrada aos técnicos educacionais e representantes do estado, pelo povo Fulni-ô, bem como pelos demais povos indígenas em Pernambuco em todos os momentos de afirmação dos limites estabelecidos para a atuação desse estado, embora o próprio estado

também tenha apresentado as suas próprias fronteiras por meio das regulações e controles, bem como do preconceito institucional.

Creemos que essa escola indígena que se encontra hoje nas aldeias das 12 etnias no estado de Pernambuco esteja se construindo não apesar dessas fronteiras, mas provavelmente por meio delas. O espaço de fronteira é multifacetado e os conflitos são enfrentados quase que diariamente para favorecer a materialização da determinação legal que regulamenta a Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e intercultural.

No que diz respeito às categorias “específica e diferenciada”, pensamos tratar-se de uma condição de complementaridade, uma vez que quanto mais respeitados os aspectos socioculturais de determinado povo em sua Educação Escolar, mas essa educação será específica e quanto mais específica, mais diferenciada, portanto, uma é condição para a existência da outra. Isso posto, compreendemos que as maneiras Fulni-ô de ser e fazer Educação Escolar, apesar da presença do estado não são encontradas em outras escolas da Rede. Acreditamos que as astúcias construídas pelos Fulni-ô fazem parte de seu escopo sociocultural e, portanto, são únicas.

Baseando-nos numa perspectiva certoriana ousamos afirmar que o povo Fulni-ô parece saber apropriar-se desse espaço das estratégias do poder, nesse caso representado pelo estado, e por meio do desenvolvimento de suas astúcias tem conseguido tomar como próprio esse lugar chamado ESCOLA.

## **REFERÊNCIAS**

BARBALHO, José Ivamilson. *Os Fulni-ô de Águas Belas: apontamentos Sócio-Antropológicos*. Mineo, Garanhuns, 2003.

BASTOS, João Baptista. *Gestão Democrática e Pensamento Liminar*. In FREIRE, Wendel (Org) *Gestão Democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

BRASIL. *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. MEC. Brasília-DF, 2007. (Caderno SECAD 3).

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 20/12/96.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília-DF 1988.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 14/99 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena*. Brasília-DF, 10/09/1999.

BRASIL. *Resolução CEB nº 3/99 Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das escolas Indígenas*. Brasília-DF, 07/11/ 1999.

CABIXI, Daniel Matenho. *Educação Escolar Pareci, Nambikwara e Irantxe no contexto socioeconômico dos Pareci-MT*. In VEIGA, Juracilda. SALANOVA, Andrés (Orgs.). *Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto da escola*. Brasília: FUNAI/DECOC, 2001, p. 57-71.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.

KUITÁ, Gilda. *A educação indígena estava muito fechada*. In: VEIGA, Juracilda. SALANOVA, Andrés (Orgs.). *Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto da escola*. Brasília: FUNAI/DECOC, 2001, p. 24-33.

PERNAMBUCO. *Decreto nº 24.628 sobre a estadualização do ensino indígena, no âmbito da educação básica, no sistema de ensino do Estado de Pernambuco*. 12 de agosto de 2002.

PERNAMBUCO. SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. *Projeto Político Pedagógico do Povo Fulni-ô*, 2009.

TASSINARI, Antonella M<sup>a</sup> Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes. FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (Orgs). *Antropologia, História e Educação*. São Paulo: Global, 2001.

---

<sup>i</sup> Administrador da FUNAI em Tangará da Serra –MT e pertencente ao povo Pareci.

<sup>ii</sup> Presidente da Associação dos Professores Indígenas da região de Guarapuava-PR e professora indígena e filha de pais Xokleng (Santa Catarina) e Kaingang (Rio Grande do Sul).

<sup>iii</sup> COPIAM – Conselho de Professores Indígenas da Amazônia.

<sup>iv</sup> Marilena Araújo de Sá, além de ser professora é falante da língua Yaathe